



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

195
10

Processo nº 0702.17.045419-4

Vistos, etc.

Trata-se de ação penal promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face de **RODRIGO RIBEIRO PEREIRA, FERNANDA MACEDO SILVA, FLÁVIO ROBERTO SILVA e RAFAEL TAVARES DA SILVA**, todos qualificados, na qual eles são tidos como incurso no art. 332 do CP, por 12 (doze) vezes, bem como no art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/98, por 12 (doze) vezes, tudo na forma do art. 69 do CP.

De acordo com a denúncia, no período compreendido entre agosto/2015 e dezembro/2016, os acusados, agindo em concurso, sob o comando do primeiro, solicitaram, cobraram e obtiveram, em doze oportunidades, vantagem econômica no total de R\$ 128.316,79 (cento e vinte e oito mil trezentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos), a pretexto de influir em ato praticado pelo prefeito de Centralina-MG, **Elson Martins Medeiros**, em pleno exercício da função pública.

Consta ainda que naquele mesmo período, os acusados, agindo em concurso, sob o comando do primeiro, ocultaram e dissimularam, em doze oportunidades, a origem do valor total de R\$ 128.316,79 (cento e vinte e oito mil trezentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos), provenientes diretamente dos doze crimes de tráfico de influência descritos no parágrafo acima.

Segundo a narrativa da inicial acusatória, **Rodrigo** é sócio-proprietário do escritório de advocacia **Ribeiro e Silva Advogados Associados**, local em que prestam serviços os demais acusados, **Flávio, Rafael e Fernanda**. Eles teriam se estruturado em organização criminosa e usavam o escritório como fachada para seus negócios ilícitos, cujo principal objetivo era obter vantagens econômicas indevidas, usando, para tanto, a rede de contatos mantida com prefeitos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sobre eles exercendo influência para contratarem o escritório **Costa Neves Advogados Associados**, a fim de que estes profissionais prestassem serviços na seara tributária, especialmente na compensação de créditos previdenciários.

No caso em tela, o prefeito de Centralina-MG, **Elson Martins Medeiros**, sob a influência dos acusados, teria contratado o escritório **Costa Neves**, sem licitação, para a realização dos serviços acima mencionados. Feita a contratação, os acusados teriam cobrado 50% (cinquenta por cento) de cada pagamento feito pela Prefeitura de Centralina ao escritório **Costa Neves**.

O escritório **Costa Neves** recebeu 12 (doze) pagamentos e auferiu lucro de R\$ 256.633,58 (duzentos e cinquenta e seis mil seiscientos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos). Logo, como acertado, deveriam repassar aos acusados o valor de R\$ 128.316,79 (cento e vinte e oito mil trezentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos), como de fato o fizeram mediante 12 (doze) pagamentos.

Esses 12 (doze) pagamentos feitos por **Costa Neves** a **Ribeiro Silva** ocorreram mediante cheques, os quais foram sacados na boca do caixa ora pela acusada **Fernanda**, ora pelo acusado **Flávio**, pelo motoboy do escritório, Cleomar. Desta forma, os acusados teriam transformado o produto do crime (cheques) em ativos lícitos (dinheiro em espécie), incorrendo, assim, na conduta típica prevista no art. 1º da Lei 9.613/98.

Por estes motivos, o Ministério Público imputa aos acusados os crimes mencionados no primeiro parágrafo desta decisão.

É o relatório. DECIDO.

Primeiramente, há de se observar que os fatos narrados, em análise sumária, não suportam a existência de 12 (doze) condutas, em tese, do crime de tráfico de influência, mas apenas 1 (uma).

Com efeito, o art. 332 do CP revela tipo misto alternativo, no qual a lei penal descreve duas ou mais condutas como hipóteses de realização de um mesmo crime, de maneira que a prática sucessiva dos diversos núcleos caracteriza um único delito. São os chamados crimes de ação múltipla, de condutas variáveis ou fungíveis¹.

Outrossim, o crime de tráfico de influência, nas suas modalidades *solicitar*, *exigir* e *cobrar*, é classificado como formal, sendo os delitos desta espécie aqueles nos quais o tipo penal contém em seu bojo uma conduta e um resultado naturalístico, mas este último é desnecessário para a consumação. Em síntese, malgrado possa se produzir o resultado naturalístico, o crime estará consumado com a mera prática da conduta².

Isto posto, passemos à análise dos fatos.

De acordo com o que foi narrado pelo Ministério Público, os

¹ MASSON, Cleber. Direito Penal Esquemático, vol. 1, parte geral, 8ª ed., São Paulo, Ed. Método, 2014, p. 301.

² Idem, p. 234.





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

196
D

acusados teriam feito um único acerto com o escritório **Costa Neves**, de modo que esta única ação seria, em tese, o crime de tráfico de influência.

O ajuste, segundo informa a denúncia, configurou-se em captação do cliente “Prefeitura Municipal de Centralina”, por parte do escritório **Ribeiro e Silva**, para contratação do escritório **Costa Neves**, por meio de inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços na esfera tributária.

Tratou-se de uma única contratação, para prestação de serviços por um período de 12 meses, conforme cláusula terceira do contrato de prestação de serviços advocatícios especializados, constante às fls. 34/41.

Com efeito, a suposta influência tinha um único objetivo, que era a contratação ajustada com a Prefeitura de Centralina.

O fato de terem recebido 12 (doze) pagamentos referentes a este acerto não seria nada além do exaurimento do suposto crime de tráfico de influência. Não podem, portanto, ser consideradas ações autônomas para fins de caracterização da conduta típica, uma vez que esta caracterização já ocorreu quando eles supostamente cobraram a vantagem indevida para influir junto ao Prefeito daquela rbe.

Ultrapassada esta premissa, tem-se que mesmo esta única conduta não configura crime de tráfico de influência.

De acordo com abalizada doutrina³:

“As condutas típicas, alternativamente incriminadas, são representadas pelos verbos nucleares *solicitar* (pedir, rogar, procurar), *exigir* (reclamar, ordenar que seja pago), *cobrar* (exigir o pagamento de algo) ou *obter* (angariar, conseguir, receber, adquirir), para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, **a pretexto de influir** em ato praticado por funcionário público no exercício da função. Ou seja, segundo a doutrina, **a lei incrimina a bazófia, o gáudio ou a jactância de influir na prática de ato de servidor público, quando tal prestígio não existe**. Age o vendedor de ilusões como 'corretor de pseudocorrupção', fraudando, de um lado, o 'adquirente-beneficiário', pelo menos teoricamente, que nada recebe em troca da vantagem ou promessa de vantagem, e, de outro, deprecia a Administração Pública, que é exposta ao descrédito, e, ainda, desmoraliza o suposto funcionário venal, especialmente na forma qualificada.

O crime não deixa de ser, ao menos em tese, uma modalidade *sui generis* de

³ BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado, 7ª ed., São Paulo, Ed. Saraiva, 2014, p. 1.494.

estelionato, 'pois — como sentenciava Magalhães Noronha — o agente ilude e frauda o pretendente ao ato ou providência governamental, alegando um prestígio que não possui e assegurando-lhe um êxito que não está a seu alcance'” (grifos acrescidos).

E continua o aclamado doutrinador:

“Se o sujeito ativo realmente goza de influência junto a funcionário público, e, sem proclamá-la, apenas pretextando, **desenvolve atividade junto àquele, não comete o crime em apreço**, podendo, entretanto, dependendo das circunstâncias, praticar outro, como, por exemplo, a corrupção ativa” (grifos acrescidos).

Em igual sentido caminha a doutrina contemporânea, conforme lição do Professor e Promotor de Justiça no Estado de São Paulo, Rogério Sanches Cunha⁴:

“Pratica este crime o agente que, simulando prestígio com determinado servidor, solicita (pede), exige (impõe), cobra (reclama) ou obtém (adquire), para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza, como preço da mediação.

Frise-se que, para a configuração do delito, é preciso que a aludida influência seja fraudulenta (simulada), pois se presente e real, outro poderá ser o crime (corrupção)”.

Atentando-se à lição acima exposta, é possível concluir que a conduta atribuída aos acusados é atípica.

Isto porque eles não prometeram falsas ilusões aos advogados do escritório **Costa Neves** a pretexto de influir em ato de funcionário público. Ao contrário, celebraram contrato de parceria através do qual pactuaram que os advogados do escritório **Ribeiro Silva** captaria clientes para o escritório **Costa Neves** e eles dividiriam igualmente os lucros advindos de cada serviço contratado (fls. 30/33).

Este tipo de parceria, muito embora seja prevista como infração disciplinar pelo art. 34, incisos III e IV, da Lei 8.906/94, não configura qualquer tipo penal.

Outrossim, o crime de tráfico de influência pressupõe a inexistência do alegado prestígio junto ao funcionário público. No caso em apreço, parece que os acusados tinham acesso ao prefeito **Elson** e, de algum modo, podem ter influenciado

⁴ In Manual de Direito Penal, parte especial, 6ª ed., Salvador, Ed. Juspodivm, 2014, p. 812.





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

197
8

para que ele contratasse os serviços do escritório **Costa Neves**. Em outras palavras, não houve “venda de fumaça” por parte deles. Houve, isto sim, efetiva atuação junto aos órgãos públicos do município de Centralina-MG e, a depender de como os fatos se desenvolveram, pode ter havido outro crime, mas não tráfico de influência.

Ocorre que o PIC – Procedimento Investigatório Criminal não traz elementos indiciários de qualquer vício no processo de inexigibilidade de licitação que resultou na contratação do escritório **Costa Neves**. Nenhum vício foi alegado na inicial acusatória.

É importante também destacar que o patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas é tido como serviço técnico especializado, conforme art. 13, inciso V, da Lei 8.666/93. Ainda na esteira deste diploma legal, cumpre observar que seu art. 25, inciso II, prevê que é inexigível a licitação quando não há viabilidade de competição, especialmente para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

Assim sendo, o fato de ter sido reconhecida a inexigibilidade da licitação para contratar o escritório **Costa Neves** também não configura, ao menos em análise superficial, crime algum, porquanto a hipótese é prevista na lei de regência. E mais, ainda que vislumbrado qualquer vício nesta contratação, o que não foi alegado na inicial, repita-se, a conduta típica seria aquela prevista no art. 89 da Lei 8.666/93, não tráfico de influência.

Em arremate, tem-se que o escritório **Costa Neves** firmou contrato de parceria com o escritório **Ribeiro e Silva** (fls. 30/33) visando “*assessoria, consultoria e execução de serviços de advocacia na área do Direito Tributário, destinado aos clientes do SEGUNDO PARCEIRO*”. A Prefeitura de Centralina, como cliente do SEGUNDO PARCEIRO firmou “*Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios Especializados*” com o escritório **Costa Neves**, por meio de inexigibilidade de licitação (fls. 34/40). O serviço foi executado e os pagamentos foram efetivados ao escritório **Costa Neves** por meio de cheques de emissão da Prefeitura, conforme documentos de fls. 102/159. A participação nos lucros foi repassada ao escritório **Ribeiro e Silva**, em cumprimento do contrato de parceria, também por meio de cheques, sacados na boca do caixa, com identificação do portador.

Em suma, não se vislumbra prova de existência do crime de tráfico de influência porque: (1) não houve ilusão ou fraude por parte dos acusados perante os advogados do escritório **Costa Neves** a fim de que obtivessem determinada

providência governamental; (2) o contrato de parceria firmado entre **Ribeiro Silva e Costa Neves**, malgrado possa caracterizar infração disciplinar, não é fato típico penal e (3) a contratação de escritório de advocacia para realização de serviços técnicos especializados não configura tráfico de influência, podendo, em tese, configurar crime previsto na Lei de Licitações, caso não observadas as formalidades legais para a inexigibilidade, que não é o caso tratado nestes autos.

Consectário lógico da inexistência de crime de tráfico de influência é a igual inexistência do crime de lavagem de dinheiro, uma vez que este é acessório àquele.

Ademais, é assente na doutrina o entendimento de que a lavagem de dinheiro se desenvolve em três fases distintas, quais sejam, a colocação (*placement*), a dissimulação (*layering*) e a integração (*integration*).

Renato Brasileiro de Lima⁵ preceitua que a primeira fase, a dissimulação:

“Consiste na introdução do dinheiro ilícito no sistema financeiro, dificultando a identificação da procedência dos valores **de modo a evitar qualquer ligação entre o agente e o resultado obtido com o crime antecedente**” (grifos acrescidos).

Diante destas informações, forçoso concluir que o saque do cheque perante o banco-sacado, sem passar pelo serviço de compensação, não consiste em lavagem de dinheiro. A uma, porque não há dissimulação ou ocultação do dinheiro supostamente ilícito, porquanto é possível o acesso à microfilmagem dos cheques a qualquer momento, como de fato houve, e nelas pode-se ver que há plena identificação da acusada **Fernanda** e de um terceiro chamado Cleomar como tomadores. A duas, porque, justamente em função desta identificação dos tomadores, a ligação entre o agente e o resultado obtido com o suposto crime antecedente não foi evitada.

Seja pela inexistência do crime antecedente, seja pela atipicidade da conduta de se sacar cheques perante o banco-sacado, também não se vislumbra a prova da existência do crime de lavagem de dinheiro.

Em consequência de não haver prova de existência destes crimes, forçoso reconhecer que não foi demonstrado o *fumus comissi delicti*, requisito da prisão preventiva. Com efeito, o art. 312 do CPP preceitua que há necessidade de

⁵ In Legislação Criminal Especial Comentada, vol. único, 4ª ed., Salvador, Ed. Juspodivm, 2016, p. 290.





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

prova de existência do crime e indícios suficientes de autoria para a decretação da medida cautelar, de modo que, nestes autos, não demonstrado o primeiro destes requisitos, não há substrato para a decretação da medida.

Por todo o exposto e com fundamento no art. 395, III, do CPP, **REJEITO A DENÚNCIA** por não vislumbrar justa causa para a persecução penal. Outrossim, **INDEFIRO** o pedido de **PRISÃO PREVENTIVA** dos acusados por não estar configurado o *fumus comissi delicti* exigido pelo art. 312 do CPP.

Após o trânsito em julgado, não havendo outros requerimentos, arquivem-se os autos com baixa na distribuição e demais providências de praxe.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Uberlândia, 11 de maio de 2017

JOEMILSON DONIZETTI LOPES
Juiz de Direito